

Terça-Feira, 14 de Julho de 2026

Brasil precisa de um projeto nacional de longo prazo para 2035 e além

Enquanto China, EUA, Europa e outros países definem estratégias para próximas décadas, Brasil ainda carece de visão estruturada

O panorama global mudou significativamente. Nesta década, aprendemos que países sem grande tradição conquistam espaço no cenário internacional, enquanto potências estabelecidas enfrentam desafios inesperados. As transformações ocorrem simultaneamente em múltiplas dimensões: esporte, política, economia e clima.

A China demonstra clareza estratégica com sua visão para 2049, quando celebrará o centenário da República Popular. Sob liderança disciplinada, implementa sistematicamente o "sonho chinês" - conceito que define sua trajetória como superpotência incontestável.

A Europa, reconhecendo vulnerabilidades, acelerou discussões sobre seu futuro. O relatório apresentado por Mário Draghi em setembro de 2024 funciona como bússola estratégica da União Europeia, sugerindo reformas profundas e investimentos anuais de 750 bilhões de euros para garantir produtividade e competitividade.

Os Estados Unidos, sob novo mandato, constroem um framework destinado a manter liderança global e enfrentar a ascensão chinesa através de investimentos estratégicos e políticas de estímulo à produção nacional.

O Canadá implementa sua agenda "Canada Strong For All", que inclui um fundo soberano de 25 bilhões de dólares para investimentos em infraestrutura, habitação e transformação econômica.

A Austrália segue seu roteiro "Future Made in Australia", apostando em energia renovável, manufatura verde, processamento de minerais críticos e inovação para se tornar competitiva globalmente.

O Vietnã, emergente economia do sudeste asiático, reduz burocracia e reforma instituições com objetivo ambicioso: estar entre as vinte maiores economias do mundo em 2045, quando completará cem anos de independência.

A União Africana trabalha sua Agenda 2063, propondo um salto socioeconômico e integração política capaz de garantir peso coletivo internacional.

Todos esses planos funcionam como guias para entidades públicas, empresas e investidores, criando compromisso e previsibilidade - combustíveis essenciais para projetos de longo alcance.

E o Brasil? Possuímos empresas internacionalmente competentes como Embraer, Vale, JBS, Votorantim, Klabin, Suzano, WEG, Gerdau, Citrosuco, Tupy, Boticário e Natura. Realizamos esforços diplomáticos para

ampliar mercados e contamos com apoio institucional via Apex e BNDES.

Porém, isso permanece insuficiente para consolidar um projeto nacional de longo prazo. Falta-nos sentido de urgência capaz de se traduzir em movimentos integrados e precisamente definidos.

Precisamos ativar nosso potencial através de ativos estratégicos: fontes renováveis de energia, reservas de minerais críticos e terras raras, agronegócio modernizado e resgate do setor industrial, que perde participação no PIB.

O caminho exige um novo patamar de responsabilidade fiscal, gastos públicos controlados e fiéis a diretrizes estratégicas. Demanda aliança entre iniciativa privada e poder público com horizonte de, no mínimo, uma década.

Essa transformação necessita sair do discurso para a prática, deixando o palanque e entrando efetivamente em campo.